

Ambivalência Política do Ministério da Defesa

Cel Av JOSÉ CARLOS PEREIRA

O momento constituinte brasileiro nos tem proporcionado fascinantes oportunidades para observar o mais puro surrealismo político a que pode chegar uma tentativa imaginária de processo revolucionário. Para os não-marxistas, este é um momento revolucionário, na medida em que Revolução seja compreendida como um processo decisivo de alterações de valores. Para os marxistas, o quadro constitui apenas uma situação tática transitória, de onde se deve buscar adquirir posições favoráveis à verdadeira Revolução idealizada.

A visão marxista, consubstanciada por rígida e clara doutrina, parece bem mais adequada e coerente com a realidade vivenciada do que a simples crença de que valores precisam ser alterados, embora não haja qualquer entendimento definido quanto ao universo e dimensão desses valores.

No entanto, apesar dessa nebulosidade, extrai-se um ponto comum dos diversos discursos relativos aos valores "revolucionários": a implantação de uma Democracia sólida e pluralista. Dessa temática originou-se a extraordinária mobilização que conduziu Tancredo Neves à vitória e a Nova República ao atual "status", com a convocação da Assem-

bléia Nacional Constituinte.

O valor democrático sólido e pluralista, base da grande mobilização popular, convergiu, naturalmente, para o foro próprio e adequado da Assembléia, convivendo, lado a lado, com miríades de interesses, anseios, ilusões e desilusões. No entanto, o valor democrático e pluralista parece ser o ponto de convergência no qual se escora a ideologia maior da Assembléia.

A operacionalização da idéia, em termos de Carta Magna, é, contudo, o que tem proporcionado intensos momentos de ambivalência sociológica por parte de nossos Constituintes, tanto marxistas, como não-marxistas.

Essa ambivalência é aqui entendida no conceito clássico, onde o mesmo Objeto gera sentimentos tanto positivos, quanto negativos, onde o conflito interior de desejos torna difícil ou impossível uma decisão, e onde idéias contraditórias são defendidas como função das relações sociais.

O que fascina, na profunda ambivalência de nossos Constituintes, é a tragicidade dos equívocos, em que se destaca o falso maniqueísmo "Democracia versus Forças Armadas".

A origem deste equívoco tem como pressupostos, entre outros, os seguintes enganos:

- as Forças Armadas constituem ameaça permanente à Democracia pela possibilidade que têm de “dar um golpe”, a qualquer momento, e assumir o Governo;

- as Forças Armadas aceitam o pluralismo político, desde que os comunistas estejam fora;

- todo Oficial-General tem pretensões políticas;

- os militares formam uma casta que se autoprotege com vigor;

- os militares intrometem-se, sistematicamente, em assuntos que não são de sua competência;

- os militares apresentam, de maneira geral, raciocínio precário e nível intelectual abaixo da média;

- não existem ameaças externas que justifiquem Forças Armadas poderosas no Brasil; e

- os gastos militares são incoerentes com a realidade econômica nacional.

A partir da aceitação dessas “verdades”, instalou-se uma fobia que tem produzido propostas tão inócuas quanto desprovidas de qualquer senso de realidade e que, se concretizadas, poderão trazer graves prejuízos à vida nacional.

Desde a idéia de colocar as Forças Armadas sob Comando direto do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, as propostas passam da retirada de responsabilidade das Forças Armadas pela Segurança Interna, da redução de efetivos, até a criação do Ministério da Defesa, eliminando-se os atuais Ministérios Militares.

A matéria enseja muitas laudas sobre os diversos pontos de vista em ebulição, mas nos restringiremos, apenas, a um deles: a criação do Ministério da Defesa.

Subjacente a esta proposta reside a idéia de que os militares seriam afastados do centro de decisões políticas, sobretudo, se o

Ministro fosse um civil. Em consequência, teriam diminutas oportunidades e, até mesmo, menos interesse para agirem no campo político nacional, prevenindo um eventual “golpe militar”.

Vejamos os graves enganos desse raciocínio:

- um “golpe militar” no atual “status” exige, no mínimo, a concordância de três homens, sem o quê o “golpe” poderia terminar em fracasso. Com o Ministério da Defesa, bastaria que um homem decidisse pelo “golpe” e, possivelmente, ele se concretizaria;

- os militares têm uma característica exacerbada: a lealdade. Hoje, essa característica é dirigida ao Presidente da República, a quem os Ministros devem lealdade e compromisso político. Essa mesma lealdade seria transferida ao Ministro da Defesa, porém, apenas com o compromisso operacional, o que tornaria o Ministro elemento excessivamente poderoso pela capacidade de acionar toda a máquina militar, sem contestação política das Forças, uma vez que seu compromisso é operacional e seu Comandante, o Ministro. O argumento é chauvinista, na medida em que todos os membros do Executivo não estão sujeitos ao mesmo juramento e às penas decorrentes do perjúrio;

- embora fale-se muito em ditadura militar, convém lembrar que a pior-época de autoritarismo ocorrida no Brasil foi a de Getúlio Vargas - um civil. Mesmo que seja verdadeira a hipótese de que Oficiais-Generais aspiram ao poder máximo, deve-se admitir que o número de civis aspirantes ao mesmo poder é infinitamente superior. E, decididamente, não existem razões lógicas para se supor que um indivíduo seja um democrata convicto, apenas pelo fato de ser civil ou militar. Qual a certeza de que um Ministro Civil, no Ministério da Defesa, não seria tentado a empregar toda a máquina militar sob seu comando, em proveito próprio, ou de seu Partido, ou de seu grupo ideológico ou econômico? Não deixariam as Forças Armadas de zelar pela defesa da Pátria,

para cuidarem da defesa do Ministro? Não se pode esquecer que estamos no Brasil;

— o fato de que inúmeros países adotaram a fórmula Ministério da Defesa, não faz sentido para o caso brasileiro. Nações que assim o fizeram, venceram guerras, e outras, com a mesma fórmula, perderam-nas. Estados Unidos e Alto Volta possuem Departamentos de Defesa, e nada há de semelhante entre as duas Nações quanto ao poder militar ou engajamento político-militar;

— a noção de que a existência de um Ministério da Defesa daria às nossas Forças Armadas maior economia e integração é absolutamente ilusória, uma vez que estes aspectos já existem e, em grau até superior, ao de Nações bem mais desenvolvidas. Isto foi adquirido através de soluções tipicamente brasileiras, das quais o EMFA é um exemplo marcante. Embora integradas operacionalmente, as Forças mantêm suas identidades através de seus Ministros, integrados politicamente apenas ao nível de Presidente da República: parece uma solução inteligente contra aventureirismos;

— admitida como correta a solução brasileira, então qual o “porquê” de tantas intervenções na História do Brasil? Simplesmente porque uma coisa nada tem a ver com a outra. As intervenções sempre ocorrem diante de grande respaldo popular e em situações de evidente perda de controle da nação por parte do poder político. Deve-se ter em mente que as Forças Armadas, por sua organização, treinamento, disciplina e equipamento podem operar e sobreviver em ambiente caótico, quando quase todas as outras estruturas já tenham desmoronado ou desistido. E clamor popular ou incompetência política independem de qualquer tipo de organização militar;

— as intervenções militares no Brasil duraram excessivamente. Esta é uma verdade indiscutível, porém com raízes sociológicas e não estruturais-militares. Na medida em que uma instituição, um grupo ou um Partido assumam o poder, tenderá a nele permanecer. É muito conhecido na Sociologia o fato de de-

mocratas autênticos se transformarem em autoritários rudes como consequência do tempo excessivo em que lutaram pela Democracia, ou do tempo excessivo em que a exerceram. Todo grupo, ainda que fielmente democrático, porém com excessiva permanência no poder, tende a autoperpetuar-se, com o abandono gradual dos ideais democráticos originais;

— O Ministério da Defesa reduziria a ingerência dos militares em assuntos fora de sua competência. Essa é uma ilusão que, também, apresenta erro de raiz. Os militares interferiram sempre, como qualquer grupo de pressão, nas áreas específicas de seu interesse operacional. No caso do monopólio do petróleo, porque conhecem o valor do combustível nas operações militares; na construção de grandes rodovias, pelo conhecimento que possuem da estratégia e da logística necessárias aos movimentos de Forças; na construção de aeródromos na Amazônia, por terem consciência da vulnerabilidade dessa parte de nosso território; na indústria bélica, pelo fato de saberem o significado da dependência tecnológica. Tantas outras intervenções poderiam ser citadas e em nenhuma delas revela-se algo danoso à Nação. Pelo contrário, o que se observa é o atendimento não só ao conceito estratégico-militar, como aos anseios de desenvolvimento, traduzidos em empregos, integração nacional, soberania, aumento de renda, divisas, progresso;

— há o pensamento de que, com o Ministério da Defesa, seria possível reduzir os efetivos e o poder das Forças Armadas. Esse conceito é dominante sobretudo entre os marxistas, o que nos revela, de maneira enfática, o estágio infantil e a falta de visão estratégica da nossa esquerda mais radical. É por demais óbvio que a eventual instalação, no Brasil, de um regime marxista iria exigir Forças Armadas extremamente poderosas, uma vez que teríamos de enfrentar os “contras”, ou seja, os Estados Unidos. Não entendem nossos marxistas que, hostilizando ou reduzindo as Forças Armadas, eles jamais chegarão ao poder, ou a lugar algum. A visão estratégica lógica indica como

caminho garantir, desde já, uma lealdade futura, fator indispensável para se manter no poder.

Todos os equívocos aqui comentados têm suas raízes, conforme já vimos, em pressupostos enganosos.

Apenas com o propósito de possível reorientação de raciocínio, vejamos uma tentativa de recompor os fatos:

— a última coisa que os militares desejam é o poder político, principalmente, pelo fato de que esta situação sempre foi altamente danosa ao aperfeiçoamento e evolução profissional das Forças Armadas;

— os militares nunca usaram armas contra a ideologia comunista. As guerras foram iniciadas contra a metodologia aplicada. Deve-se entender que os militares são, em última análise, profissionais da violência ordenada, e não profissionais da Ciência Política. Qualquer estado diferente da paz aguça o instinto militar, da mesma forma que qualquer estado diferente de saúde aguça o instinto médico. O maior desejo militar é, sem dúvida, o estado de paz em todos os seus aspectos, não importando muito a ideologia dominante, desde que assumida, em paz, pela indiscutível vontade nacional;

assumida, em paz, pela indiscutível vontade nacional;

— os militares têm, claramente, profundo espírito de corpo, que se traduz, sobretudo, no mal-estar e constrangimento que se abate sobre os quartéis, sempre que um elemento exhibe comportamento incompatível com o Corpo. E o Corpo tende a rejeitar comportamentos estranhos, e os Regulamentos e a Justiça Militar são muito mais implacáveis do que a opinião pública julga;

— as Forças Armadas sempre estiveram na vanguarda tecnológica nacional, repassando e abrindo seus conhecimentos aos demais segmentos da sociedade. No momento atual, a tecnologia de ponta, em áreas tão sensíveis quanto eletrônica, nuclear e aeroespacial, é desenvolvida pelas Forças Armadas,

com operacionalidade e eficiência, voltada para seus próprios objetivos e aplicação civil. No entanto, deve-se admitir que, de maneira geral, militares opinando sobre Economia podem ser comparados a geólogos opinando sobre Obstetrícia. Os geólogos, como os militares, não estão “abaixo da média”, apenas há que se distinguir as funções específicas de cada universo;

— o Brasil, malgrado todas as crises e problemas, está inexoravelmente na trilha que o levará a ser fator de desequilíbrio regional e mundial, pelas posições que vier a assumir nos cenários futuros. O peso econômico, territorial, populacional, energético e ideológico, aliado à privilegiada posição geoestratégica, necessita do respaldo da Força contra competidores que abdicuem da paz e decidam interferir em nossa economia, território, população, energia ou ideologia. A ameaça externa não é algo tão simples e mensurável como os próprios militares gostariam que ela fosse. Ela é um exercício abstrato de possibilidades até que, repentinamente, torna-se algo real, cruel e assustador. Quase tudo é perdoável na administração de um Estado, menos ser surpreendido pela força humilhante. O antídoto para a Surpresa é a Prevenção, e a Dissuasão é a melhor forma de prevenir. Forças Armadas coerentemente dimensionadas e poderosamente dissuasoras são o melhor seguro contra surpresas, além de uma garantia relativa de paz e entendimento.

O exposto pretendeu contribuir para melhor apreciação e avaliação da ambivalência de nossos Constituintes que tendo como principal pilar a Democracia, vêem como obstáculo as Forças Armadas. Como disse há pouco tempo um eminente jornalista, trata-se de “puro desperdício de medo”.

Mas o medo é grande gerador das fortalezas falsas, e a ambivalência de nossa Assembleia Nacional Constituinte pode gerar um artigo “Maginot” — belo, bem construído, forte e bem intencionado, porém fatal em seus efeitos, por ter desprezado a lógica social e a própria essência do Brasil e de seu povo.